

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Anderson Antonio de Souza

**NEGROS E MULATOS NO BRASIL:  
UMA TRAJETÓRIA CONTÍNUA DE DESIGUALDADE SOCIAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dra. Célia da Graça Arribas.

Juiz de Fora  
2016

# NEGROS E MULATOS NO BRASIL: UMA TRAJETÓRIA CONTÍNUA DE DESIGUALDADE SOCIAL

## NEGROS AND MULATTOS IN BRAZIL: A CONTINUOUS JOURNEY OF SOCIAL INEQUALITY

Anderson Antonio de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apontar algumas das possíveis causas da desigualdade social existente no Brasil atualmente. O objeto de pesquisa deste trabalho é a população negro-mulata e branca do país – duas das três matrizes de formação do povo brasileiro. Para tal empreitada passaremos por três momentos importantes da nossa história: Período Colonial, Abolição da Escravatura e Contemporaneidade. Com o estudo desses três momentos, pretendemos encontrar o possível ou os possíveis princípios geradores da desigualdade social no país, assim como sua trajetória continuísta que perpetrou as disparidades sociais contemporâneas existentes no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil, Negros, Desigualdade social, Continuísmo..

### ABSTRACT

This paper objective is to point some of the possible causes of the social inequality that exist in Brazil nowadays. The object of research of this paper is the negro/mulatta population and the white population of the country – two of the three forming matrices of the Brazilian people. To this, we passed through three important moments o four history: colonial period, abolishing of slavery and contemporaneity. Through the study of this three moments we intend to find the possible origin, or origins, of the social inequality in the country, as well as its continuist trajectory which perpetuated the contemporary social disparities that exist in Brazil.

**KEYWORDS:** Brazil, Negros, Social inequality, Continuism.

## 1. INTRODUÇÃO

Quando me deparei com um painel de propaganda no campus da universidade federal de Juiz de Fora com os seguintes dizeres: “*Quantos professores negros você tem?*” Não tive dúvida sobre o que escrever em meu artigo para esta disciplina. Foi um “insight”.

A desigualdade social enraizada e mantida nesta categoria no Brasil ao longo da história é algo que foge a compreensão humana. Sobretudo se pensarmos que foram quase 12 milhões de negros oriundos do continente africano que aqui desembarcaram na condição de escravos para trabalharem nas lavouras de cana de açúcar no período colonial. Na época, o então novo mundo contava com uns 6 milhões de índios e uma minoria branca representada pelos portugueses. Os índios praticamente foram eliminados de sua terra natal pela ganância e pelas doenças advindas dos portugueses. Os negros, ao contrário, mesmo em condições completamente adversas se mantiveram firmes e conseguiram chegar, em nossos dias, com grande presença populacional em nosso país (negros e mulatos). O censo realizado em 2010 nos revelou que 50,7% da população do nosso país é formada por negros e pardos. Ou seja, uma pequena vantagem sobre aqueles que se declararam brancos. Mais a vantagem para aqui. Segundo a pesquisa a desigualdade de renda continua muito acentuada ainda, com ricos ganhado 42 vezes mais que pobres. Metade da população vive com R\$375,00 por mês, valor inferior ao salário mínimo da época (R\$510,00). Das 16,2 milhões de pessoas vivendo na pobreza extrema (cerca de 8,5% da população), com renda igual ou menor que R\$70,00 por mês, 70,8% são negras. Por fim, os negros e pardos ganham salários bem mais baixos que os brancos e amarelos (que ganham 2,4 vezes mais) e morrem mais cedo em consequência da precariedade das condições de vida, da violência e do difícil acesso aos cuidados de saúde.

É inegável o legado cultural que este povo nos deixou, assim como é inegável a forte presença do negro em nosso DNA como nação. Temos que entender que o Brasil não é somente verde, amarelo, azul e branco. Mas é também negro e mulato. Somos uma nação multicultural por formação e pluralista de berço. Sendo assim,

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: dinho.as@uol.com.br. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof. Dra. Celia da Graça Arribas.

os filhos gerados de uma mesma mãe, não podem ser tratados com *indiferença ou desigualdade*, seja pela *mãe* ou pelos *irmãos*, ainda que o tom da pele denote alguma diferença, somos todos irmãos.

O objetivo desse trabalho é traçar uma linha do tempo que perpassa pelos períodos: colonial brasileiro, pós-abolição da escravidão e contemporaneidade; e extrair das leituras desses períodos da história brasileira preposições que nos revelem alguns motivos para atual condição de *desigualdade social* existente em nosso país entre *negros e brancos*. Onde os negros e mulatos sempre estiveram em uma posição de inferioridade com relação aos brancos.

Não temos como objetivo esgotar os inúmeros acontecimentos que ocorreram durante estes períodos que culminaram na formação de uma nação com enormes diferenças sociais, principalmente com relação aos negros e mulatos do nosso país. No entanto, tentaremos destacar os acontecimentos, ao nosso olhar, que mais se despontaram para o *estabelecimento e manutenção* da desigualdade social existente entre negros e brancos em nossa nação.

## 2. DESIGUALDADE SOCIAL

O que é desigualdade social? O conceito de desigualdade social é um leque que compreende várias formas de desigualdade, desde desigualdade de oportunidade, escolaridade, renda, gênero e etc. De um modo geral, a desigualdade econômica é a que toma contornos de desigualdade social, em função da má distribuição de renda. O Brasil é um dos países com mais desigualdade social no mundo. Segundo dados oficiais da ONU, em 2014 nosso país ocupava a 75ª posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Ficando atrás de México, Venezuela, Uruguai e Cuba. O índice Gini (mede a desigualdade de renda) divulgou que a do Brasil passou de 0,495 em 2013 para 0,490 em 2014 (quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade), segundo pesquisa realizada pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2014), mesmo com a melhora do índice o país ainda possui um alto índice de desigualdade.

Para o sociólogo Anthony Giddens (2005) é no capitalismo que o mercado surge como o mecanismo básico para as desigualdades. Para os estudiosos o capitalismo sempre existiu, mas não da forma como o conhecemos hoje. Remonta a era medieval.

Segundo Giddens (2005), a melhor forma para entendermos as desigualdades sociais existentes na sociedade, tanto entre indivíduos como em grupos são através dos conceitos de estratificação social e classe social.

Normalmente o conceito de estratificação social é relacionado à questão da distribuição da riqueza ou da propriedade privada, todavia, também é utilizado para quantificar e identificar grupos religiosos, patentes militares, atributos de gênero, entre outros.

Como a sociedade é composta por indivíduos e grupos sociais distintos e com oportunidades distintas, o acesso à riqueza, ao lazer, ao estudo dentro outros, depende da posição que ocupa no esquema de estratificação da sociedade.

Entretanto, para entendermos historicamente o conceito de estratificação, é necessário reconhecer sistemas básicos de estratificação social.

Segundo Giddens (2005), esses sistemas básicos seriam a escravidão, as castas, os estados e as classes. Todos possuem especificidades que os diferenciam.

No sistema escravagista temos uma sociedade onde homens são donos de outros homens, onde estes são denominados escravos e tratados como propriedade privada. No sistema de castas a desigualdade aparece devido às crenças religiosas que irão indicar a posição social das pessoas dentro da sociedade e o relacionamento social que eles poderão ter com outras pessoas. No estado feudal havia subdivisões desde os primórdios (aristocracia, nobreza rural, clero e os homens do povo). As classes seriam para Giddens:

...um grupo grande de pessoas que partilham recursos econômicos comuns, que influenciam fortemente o seu estilo de vida. A riqueza e a ocupação profissional constituem as principais bases das diferenças entre as classes (Giddens, 2005, p. 284).

Com base nestes conceitos o autor define estratificação social com um sistema de desigualdades estruturadas entre diferentes agrupamentos de pessoas.

Assim, podemos notar, segundo os pontos acima, que o povo brasileiro foi formado a partir de extremas desigualdades sociais. Tendo como ponto de partida a adoção de um sistema escravagista (índios e negros)

adotado pelos ibéricos com o intuito de explorar economicamente o novo mundo. A adoção deste sistema no período colonial nos trouxe um legado de *desigualdade social* que perdura até hoje em nosso país.

### 3. PERÍODO COLONIAL (A INFLUÊNCIA IBÉRICA)

Os portugueses, quando chegaram ao novo mundo, nunca tiveram a intenção de colonizá-lo, seu objetivo foi à exploração das terras com o propósito de enviar as riquezas encontradas para a coroa portuguesa.

Neste novo mundo habitavam indígenas de variadas tribos que foram utilizados como mão de obra escrava no início da exploração, principalmente do pau-brasil. Os indígenas foram forçados ao trabalho, porém, houve resistência e muita violência. Milhares de índios foram dizimados durante este período. O cunhadismo foi uma prática adotada pelos portugueses com o objetivo de se tornar parente dos indígenas para obterem mão de obra gratuita e farta. A utilização do índio nos trabalhos exigidos na colônia foi substituída pela mão de obra escrava, visto que o índio ainda se mostrava muito resistente ao trabalho. Houveram inúmeros esforços, tanto dos portugueses como da igreja, para fazer com que o índio se adaptasse aos trabalhos na lavoura. Foi em vão. Fora do seu habitat natural, o índio não se enquadrou como escravo. Eles morriam de infecções, fome e tristeza. A única saída encontrada para suprir a falta de mão de obra escrava foi à importação de escravos negros oriundos da África.

Os negros chegaram ao Brasil com o propósito de trabalharem nas plantações da cana-de-açúcar e nos engenhos. Com a chegada do negro o elemento que faltava para completar as matrizes que dariam origem ao povo brasileiro se finda.

Para Gilberto Freire, em seu livro *Casa Grande & Senzala*, ele deixa claro a sua posição com relação às relações existentes entre estes povos no período colonial. Isto se pode verificar em sua fala: “*o que houve no Brasil foi à degradação das raças atrasadas pelo domínio da adiantada*”. Para Freire o índio era visto como raça inferior pelos portugueses, com isto eles foram submetidos ao cativeiro e a prostituição. A mulher negra tinha uma relação com os brancos de vencidos e vitoriosos.

Como a base da economia no início do período colonial girava em função da monocultura, principalmente da cana de açúcar, o desenvolvimento das colônias se deu ao redor das plantações e das casas grandes. Estas residências dos senhores geralmente eram feitas de taipa ou de pedra e cal.

No interior das casas grandes, no dia-a-dia, iniciava-se um processo que mais tarde daria a base da sociedade brasileira. Brancos e negros conviviam neste espaço, e havia uma alternância nas relações sociais e culturais, gerando assim um novo estilo de vida entre eles.

Tudo que ocorria no interior da casa culminaria para a formação da base dessa nova sociedade ainda incipiente. Tudo em um só lugar: relações de poder, a vida sexual, os negócios e a religiosidade.

O sistema que vigorava no interior da casa era o patriarcal. Esposa, filhos, padres e escravos viam suas rotinas serem comandadas pelo o senhor de engenho. A estabilidade econômica era obtida do trabalho escravo nas plantações da cana de açúcar. O local funcionava como uma fortaleza. Era abrigo e cemitério. A característica principal desse período eram os latifúndios, a monocultura e o regime escravocrata.

Vemos aqui três fatores que contribuíram inicialmente para a formação de uma nação com grandes diferenças sociais. Primeiro, a opressão que índios e negros sofreram por parte dos ibéricos para se desenvolver um sistema econômico; segundo, o latifúndio, não houve distribuição de terras entre as pessoas, estas foram dadas a uma pequena parcela de portugueses; terceiro, o sistema patriarcal vigente na casa grande, o senhor de engenho era visto como o todo poderoso em suas terras.

Para o sociólogo Anthony Giddens (2005), a distribuição da riqueza ou da propriedade privada e a estratificação social são elementos que irão posicionar o indivíduo dentro de um determinado grupo social. No caso do Brasil estes elementos são claros, a escravidão foi o motor do desenvolvimento econômico no período colonial, e a não distribuição de terras entre seus habitantes proporcionou esta grande desigualdade social que vemos hoje. Soma-se a isto o regime patriarcal vinculante, no qual somente o senhor de engenho tinha voz.

Sendo assim podemos concordar com Darcy Ribeiro (1995) quando utiliza o termo “*ninguendade*”. O povo que se formou, formou-se sem uma identidade, não possuíam nada, se sentiam como não pertencentes a esta terra.

### 4 . O PÓS-ESCRavidÃO

A abolição dos escravos ocorreu no dia 13 maio de 1888, findando assim a era da escravidão no Brasil. Foi um período de quatro séculos, onde torturas e maus-tratos vigoravam livremente, agora os negros estavam livres e amparados pela lei. A libertação dos escravos foi oficializada com o decreto da Lei Áurea, foi assinada pela Princesa Isabel.

A abolição foi um processo lento no país, derivou-se principalmente, da luta dos negros, livres ou não, que se organizaram ao longo da década de 1880 contra a continuidade do trabalho escravo. Podemos resumir o movimento dos negros a fugas maciças, assassinatos de proprietários de terras e dos capatazes, esses acontecimentos promoviam uma desordem social no final do Império, o que ficou evidente para um número cada vez maior de pessoas, o questionamento se a escravidão era legítima ou não.

Com o fim da escravidão o ex-escravo tornou-se igual perante a lei, mas isto não lhe garantiria que seria aceito na sociedade. Sendo assim, os recém-libertos, mesmo com o fim da escravidão passaram dias difíceis. Nos Estados Unidos, ao contrário do Brasil, os negros tiveram apoio com o fim da Guerra da Secessão, a vitória do Norte sobre o Sul lhes assegurou a emancipação total e eles foram amparados por uma lei, que lhes possibilitou assistência e formas de inserção na sociedade.

No Brasil, os negros não tiveram nenhum amparo legal, foram largados a mercê da sorte. Sem acesso a terra e sem qualquer tipo de indenização por anos de trabalhos forçados, a maioria analfabetos, vitimizados pelo preconceito, grande maioria dos ex-escravo permaneciam nas fazendas que trabalhavam, vendendo seu trabalho para sobreviver. Os negros que foram para as cidades viviam do subemprego (trabalho informal e artesanato). Este fato resultou em um aumento expressivo no número de ambulantes, empregadas domésticas e quitandeiras, todos sem qualquer tipo de assistência e garantia; muitas negras eram tratadas como prostitutas. Muitos deles moravam nas ruas, quando muito, em míseros cortiços. Muitos negros se entregavam a bebida pela falta de trabalho e a vida ociosa. Esses fatos decorrentes da abolição contribuíram efetivamente para o aumento do preconceito e da discriminação já existe, o fortalecimento da ideia de que negro só servia para trabalhos duros e pesados se infiltrou na sociedade pós-abolição e que infelizmente permanece até os dias atuais.

Podemos constatar que a abolição dos escravos no Brasil ocorreu de um modo não planejado, e que fora resultado dos movimentos negros mobilizados no país, soma-se a isto a existência de membros da sociedade com ideais abolicionistas. A abolição, portanto, foi uma decisão política com o objetivo único de não se instalar um caos na sociedade. Alguns poucos talvez tivessem os olhares voltados para a questão da desigualdade social existente. Com certeza não o governo. O não planejamento da libertação dos escravos no Brasil só veio a agravar uma situação já subjacente a este processo. A desigualdade de raças.

## 5 .CONTEMPORANEIDADE

Como já havíamos falado, o Brasil é um dos países com maior índice de desigualdade social no mundo, e isto é fruto de uma má distribuição da renda e a inexistência de uma reforma agrária eficiente. Estes dois fatores são heranças de uma cultura patrimonialista e de uma democracia elitista, ambos firmados em nossa sociedade atual.

Para tentarmos exemplificar as desigualdades sociais existentes hoje em nosso país vamos nos valer das pesquisas de José Alcides Figueiredo Santos, *Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil* (2005b).

Ele, em um primeiro momento, se vale de uma análise de classe das diferenças raciais que pode ser feita, de maneira simples, confrontando as diferenças de renda média entre os grupos raciais, conforme a posição de classe.

**Tabela 1**

Renda Média (em Real) do Trabalho Principal das Categorias de Classe, conforme os Grupos Raciais, Diferença Percentual a favor dos Brancos e Renda Média Geral, para os Casos com Renda Positiva.

<b>Categorias de classe por grupos raciais</b>	<b>Brancos</b>	<b>Não-brancos</b>	<b>% a favor dos brancos</b>	<b>Média geral</b>
Capitalista	4104,83	3491,33	17,57	4034,01
Pequeno empregador	1785,35	1133,61	57,49	1594,96
Conta própria não agrícola	865,56	535,31	60,01	739,90
Conta própria agrícola	370,72	181,77	103,95	268,53
Auto-empregado especialista	2521,77	1793,23	40,63	2431,26

Gerente	1986,31	1114,65	78,20	1760,58
Empregado especialista	2013,36	1385,58	45,31	1878,22
Empregado qualificado	873,62	625,33	39,70	790,20
Supervisor	957,39	652,85	46,66	834,73
Trabalhador	496,91	394,65	25,91	453,62
Trabalhador elementar	265,57	217,10	22,33	235,27
Conta própria precário	383,74	282,10	36,03	330,04
Empregado doméstico	227,12	191,03	18,89	206,97
<b>Total</b>	<b>776,70</b>	<b>394,20</b>	<b>97,03</b>	<b>606,10</b>

Fonte: IBGE ( 2003). PNAD - 2002

A tabela acima mostra um menor contraste social dentro da classe capitalista. No entanto, à medida que se diminui a dimensão do capital controlado, como ocorre com os pequenos empregadores, a diferença racial aparece com força. A diferença que devemos destacar é o contra própria agrícola, não por ser o maior na classificação, mas por ter uma maior concentração de pardos. Entre os gerentes ocorre a segunda maior diferença verificada. Os empregados especialistas, que possuem maior renda média, revelam uma diferença racial menor, em comparação com os gerentes, que possuem renda média menor. No outro par de comparação qualificação/autoridade, a situação altera, pois os supervisores, que detêm renda média superior aos empregados qualificados, mostram uma diferença racial também maior. Entre a grande massa de trabalhadores as diferenças raciais situam-se em um patamar intermediário entre os assalariados mais destituídos e os empregados qualificados e supervisores, com renda média maior. As menores diferenças estão justamente entre as categorias mais destituídas de trabalhadores domésticos e trabalhadores elementares. Os conta própria precários, por fim, mostram uma diferença racial superior àquela encontrada entre os trabalhadores assalariados proletarizados.

A tabela a seguir serve como base de comparação para avaliar a magnitude e composição das diferenças raciais de renda no Brasil. A diferença em favor dos brancos, da ordem de 75%, mostra o peso da desigualdade associada à raça.

## Tabela 2

Diferenças Percentuais de Renda do Trabalho Principal a favor do Grupo Branco, em Relação ao Não-Branco, e Porcentagem Não Explicada da Desigualdade Racial de Renda, conforme Modelos de Regressão OLS.

Modelo	Efeito estimado (%)	Porcentagem não explicada
1 (raça e horas trabalho)	75,59	100,00
2 (+ categorias de classe)	36,48	48,26
3 (+ anos de estudo, tempo de trabalho e tempo no trabalho atual)	24,11	31,89
4 (+ região, residência rural/urbana e <i>status</i> de migração)	11,76	15,56
5 (+ setor público/privado e seis grandes setores econômicos)	11,78	15,58
6 (+ gênero e condição na família)	12,86	17,01

Fonte: IBGE ( 2003). PNAD - 2002

No trabalho de José Alcides Figueiredo Santos, *Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil* (2005), existem mais evidências numéricas que comprovam a abordagem em questão. No entanto, creio que um pequeno apêndice da pesquisa de Figueiredo aqui apresentada, será suficiente para compreendermos, que a desigualdade de renda existente no país atualmente, entre negros e brancos, é fruto de um legado deixado pelo nosso colonizador, que consciente ou inconscientemente deixou sua marca até nossos dias. Ou seja, uma grande desigualdade social existe entre brancos e negros.

O sociólogo Jessé Souza inicia o capítulo dois do seu livro *A ralé Brasileira: quem é e como vive* (2009), com a seguinte explanação:

O tema da gênese da identidade nacional peculiar a cada sociedade moderna é fundamental para a compreensão da forma como essa sociedade e seus membros se percebem a si próprios. Tal auto compreensão, por sua vez é o que permite e explica o desenvolvimento social e político em uma dada direção e não em outra qualquer (Jessé, 2009, p. 41).

Com esta afirmação podemos fundamentar ainda mais todo nosso discurso até o momento. De que nosso passado, nossa história, nossa formação e nossa cultura política continuísta contribuíram decisivamente para o estabelecimento em nossa sociedade de uma desigualdade social racial gritante. Onde a maioria dos negros e mulatos de nosso país sempre viveu e vive a margem da sociedade. E isto é fruto de séculos de uma pseudocegueira social aliado a uma grande acomodação das classes dominantes que não querem nunca perderem seus privilégios em detrimento dos menos favorecidos. Onde a cultura da meritocracia foi instaurada entre as camadas sociais menos favorecidas do país em função de uma auto compreensão de si mesmo, em que, ser pobre é uma condição e não um problema social. Para Jessé este pensamento é uma cultura difundida para manutenção de privilégios da classe média brasileira que se apropria da mão de obra desses para conseguirem mais tempo para lazer e educação.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão deste trabalho vejo que a linha temporal traçada nos períodos abordados não deixa dúvidas com relação ao legado de desigualdade social que herdamos dos nossos colonizadores.

Mas a grande questão a discutir, e que se perpetua através dos anos, fica sem resposta. Se conhecemos a origem dos problemas da desigualdade social, e principalmente a racial em nosso país. Por que não se busca soluções eficientes para o problema? Por que só medidas paliativas são tomadas em relação ao problema? Como os programas assistencialistas do governo atual. Por que não se faz uma reforma agrária eficiente e descente? Por que não se faz uma reforma tributária para se reduzir os impostos e acelerar a economia, gerando empregos e renda nas mãos dos trabalhadores? Claro que estas medidas não resolverão o problema da desigualdade social vigente no país. Pois esta questão é mundial. A proposta aqui é reduzir a desigualdade social a níveis de decência e dignidade humana.

## REFERENCIAS

IBGE/Censo, 2010.

IDH/base de dados ONU/Site.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. UFMG, 2006.

GIDDENS, A. **Sociologia**. São Paulo: Artmed, 2005.

SANTOS, J. Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 21-24, jan/mar 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 48. ed. Recife: Global Editora, 2003.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.